

OPINIONÁRIO

PDS ignora fechamento de questão

Da sucursal de BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney e seu líder na Câmara, deputado Hugo Mardini, desmentiram ontem que o partido vá fechar questão a favor da aprovação da mensagem presidencial, reabrindo prazos de filiação partidária para militantes do ex-PP e do PMDB e extinguindo o voto dado apenas ao partido, sem o nome do candidato.

Não crêem em que dissidentes do partido apóiem emenda do PMDB, reabrindo os prazos para os integrantes de todas as legendas, tese que o vice-líder do governo, deputado Jorge Arbage, só admite se o governo enviar proposta de reforma da lei, para favorecer os pequenos partidos.

Sarney disse não acreditar que a emenda seja apoiada pelos descontentes do PDS e Mardini os ironizou: "São dissidentes de passeata". Para o líder, "o PMDB não tem como rejeitar o projeto. Precisaria colocar 211 deputados em plenário e as oposições, todas juntas, são apenas 181".

Já a liderança do PTB na Câmara vai formalizar, perante a comissão mista que examina o projeto do governo referente à filiação partidária, emenda para permitir a sobrevivência dos pequenos partidos após as eleições de novembro, do seguinte teor: "Nos municípios em que o partido não tiver candidato a prefeito e vereadores serão válidos os votos atribuídos à sua chapa de candidatos às eleições de âmbito estadual e federal, ainda que sufragados simultaneamente a nível municipal candidatos de outros partidos".

A emenda é de autoria do deputado Villela de Magalhães (PTB-PR) e assim justificada: "Se a legislação admite a chapa estadual e federal, não poderia exigir que o eleitor votasse em branco para os cargos municipais".

Outro dirigente pedessista, o secretário-geral Prisco Viana, após audiência ontem com o presidente Figueiredo ficou convencido de que o governo não mais tomará a iniciativa de propor reformas da legislação eleitoral e não apoiará eventuais medidas que venham a ser tomadas no Congresso, por entender que os políticos deverão ser os responsáveis por novos projetos que considerem necessários para a realização das eleições.

Prisco Viana admitiu a possibilidade de alteração na desvinculação total de votos, porque existem muitos parlamentares interessados e frisou que, se houver projeto nesse sentido, Figueiredo não vai interferir, nem contra e nem a favor à medida.